

Conselho de Educação do Município de Itapevi – CEMI

Lei nº 914, de 11/10/1989 reorganizada pela Lei Municipal nº 1.365, de 05/09/1997

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, realizou-se mais uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Itapevi, sendo a quinta do ano, às 10 horas, na sala da secretária, com sede na Rua Felipe Chaluppe Filho, número 17 - Centro - Itapevi/ São Paulo, com a presença dos conselheiros eleitos, conforme Portaria nº 6.337, publicada dia 19 de outubro de 2023. Estavam presentes os seguintes conselheiros: **1 - Representante da Secretaria de Educação e Presidente do Conselho:** Professora Eliana Maria da Cruz Silva; **2 - Representante da Secretaria de Educação:** Professora Márcia Regina da Silva Pereira; **3 - Representante da Secretaria de Justiça:** Dr. Genival Silva dos Santos; **4 - Representante do Sindicato dos Professores:** Professor José Carlos Brito Silva; **5 - Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:** Professor Erivelton Batista Evangelista e **6 - Professor Igor Martins Fontes Leichsenring;** **7 - Representante da Secretaria de Saúde:** André Luiz de Almeida Vasconcelos; **8 - Representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino:** Professora Aldinéia de Oliveira Pinto; **9 - Representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos:** Cleidiane Trindade Russo; **10 - Representante da Secretaria de Suprimentos - Senhora Janete Francisca de Souza**, perfazendo um total de dez conselheiros presentes, quórum necessário e suficiente para realização da reunião. A seguir, encaminhamos abaixo, os assuntos propostos enviados por email, conforme solicitação dos conselheiros para compor a pauta da reunião. 1. Leitura da Ata da Reunião Anterior – 27/05/2024; 2. Votação da CIPA; 3. Evolução Funcional – Supervisora Patrícia; 4. Escola de Excelência – Supervisora Patrícia; 5. Alimentação Escolar; 6. Agente de Inclusão com formação; 7. Definição de proposta de organização de evento (reunião, conferência ou encontro) para monitoramento e avaliação do PME; 8. Informações detalhadas sobre a lista de inscrição pendente de atendimento da Educação Infantil (quantidade total, por região); 9. Formação de grupo para elaborar proposta de formalização dos cursos de formação para fins de evolução funcional; 10. Quantidade de alunos por sala/ Berçário; 11. Elaboração de um cronograma de visitas “in loco”, onde o CEMI pudesse enquanto instituição visitar as escolas da rede para observar a situação das mesmas e as condições em que estas estão atendendo a população. Acrescentamos que a pauta foi distribuída a todos os presentes e o **item 1**, que consta a leitura da ata da reunião anterior foi realizada pela Professora Márcia Regina da Silva Pereira, e após lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes. Em seguida passou-se para o **item 2** da pauta que se refere a eleição da CIPA -CIPA significa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Ela tem o papel de prevenir acidentes e doenças causadas pelo trabalho, além disso, a CIPA é composta tanto por empregados como por empregadores. O Conselheiro José Carlos colocou que o Governo Estadual também está elegendo a CIPA para as escolas do Estado. O Conselheiro Erivelton colocou das dificuldades na eleição e da necessidade de se realizar novamente para atingir 50% mais um dos funcionários efetivos. A Presidente colocou que há a necessidade de se esclarecer quais as reais intencionalidades e propostas da CIPA para todos os funcionários, que não é sindicato. O Conselheiro Igor colocou que as placas do piso tátil estão se soltando e isso deve ser consertado pela empresa, que é uma questão da comissão da CIPA. Seguimos para o **item 3** da pauta onde tivemos convidadas para esclarecimentos: Comissão de Evolução de Desempenho e Avaliação de Evolução Funcional: Simone Lucas Parreira e Supervisora Patrícia Pecci para contribuírem com as dúvidas: Dúvida sobre pontuações, evolução dos servidores, período probatório e prejuízos dos servidores mais antigos. Foram respondidos os questionamentos sobre as avaliações aos membros da Comissão do Conselho Municipal de

Conselho de Educação do Município de Itapevi – CEMI

Lei nº 914, de 11/10/1989 reorganizada pela Lei Municipal nº 1.365, de 05/09/1997

Itapevi, que deram sugestões que as avaliações fossem realizadas por mais de um responsável, com a participação de dois servidores adicionais acompanhando e refletindo sobre as notas atribuídas ao servidor. Explicou-se que sempre são realizadas reuniões, atendimentos e orientações aos gestores e servidores quanto aos procedimentos de avaliação. Ressaltaram a importância de os diretores terem consciência das notas atribuídas, pois, caso o servidor fique insatisfeito, nota ou assiduidade, que entre com recurso. O diretor (chefe hierárquico) deverá responder com relatórios justificativos. Caso o diretor não comprove ou justifique a nota atribuída, a Comissão atenderá ao recurso solicitado pelo servidor. Foi esclarecido aos membros da Comissão que muitos servidores não sabem como entrar com recurso corretamente. Muitas vezes, os textos apresentados não contêm argumentos ou solicitações claras, apenas frases como "solicito a revisão" ou "não concordo com a nota", o que resulta em recursos não atendidos. A Comissão destacou que, assim como o diretor tem a oportunidade de justificar a nota atribuída, o servidor também pode questionar a nota entrando com recurso com um texto argumentativo, apresentando relatórios, registros e documentos que comprovem sua discordância. Desta forma, tanto os servidores quanto os gestores na posição de chefia hierárquica devem seguir os procedimentos estabelecidos e principalmente atender aos prazos, atentos à questão de atrasos/assiduidade e que tem grande peso. Todos os servidores têm direito de questionar, entrar com recurso, apresentar documentos para comprovar sua argumentação e solicitação de revisão e alteração, ser atendida e deferida. Os membros do Conselho, ficaram satisfeitos e compreenderam todas as explicações fornecidas, reconhecendo que estas atendem à legislação vigente. A Comissão informou que já foram feitas algumas propostas de ajuste para o próximo ciclo, considerando que o ciclo anterior se encerrou no ano de 2023. No início do novo ciclo, novas sugestões e alterações na lei foram propostas à comissão. O professor Erivelton, membro do Conselho, questionou sobre a situação dos funcionários ainda no período probatório e atendeu na evolução, comparando com funcionários antigos que não conseguem evoluir. Foi explicado que a evolução funcional não é medida pelo tempo de serviço, mas sim por fatores como assiduidade, pontualidade, comprometimento, cordialidade, boa comunicação, responsabilidade com os documentos e desempenho nas funções atribuídas. Todos os servidores têm a possibilidade de evoluir independentemente do tempo de serviço, sendo a evolução baseada em assiduidade e desempenho. A evolução de desempenho valoriza o servidor que obtém notas altas em sua avaliação, reconhecendo seu mérito e valorização pelo cumprimento de suas funções e atribuições. Assim, todos os servidores têm a mesma oportunidade de evoluir, desde que atinjam a média necessária. Simone Parreira apresentou e fez a leitura do Artigo 35 "***O servidor considerado apto, uma vez encerrado seu estágio probatório, estará habilitado concorrer à sua primeira evolução funcional, utilizando a média decorrente das últimas duas avaliações especiais de desempenho***", que explica que o servidor que passou do período probatório tem a média de suas duas avaliações realizadas durante o período probatório, diante da estabilidade, tem direito a concorrer, conforme legislação. Também esclarecemos aos membros da comissão que muitos professores questionam seus gestores sobre a nota dos colegas, fazendo comparações em relação à assiduidade, comprometimento com documentações e atuação dentro de sala de aula. O Professor Erivelton comentou que se sente prejudicado, que está comprometido em várias comissões, fica ausente em sua sala de aula, atuando nas comissões as quais foi eleito e representa os servidores. Justificamos que os gestores (chefe hierárquico), realizam as avaliações diante do desempenho do servidor dentro da sala de aula, atende solicitações e documentações, comprometimento, dedicação e que o foco principal são nossos estudantes, que são os maiores prejudicados com afastamentos e ausências. A Presidente Secretária

Professora Eliana mencionou que solicitou o afastamento do Professor Erivelton para que pudesse dedicar-se exclusivamente às comissões, foi indeferido, e a orientação era para intercalar com o suplente (representante eleito). Professor Erivelton declarou que não é justo, pois ele foi eleito e está representando os servidores. O Professor José Carlos levantou a questão da necessidade de ajustar o “Quadro de Qualificação de Evolução Vertical” e sugeriu alterações, propôs a inclusão de cursos lato sensu e stricto sensu. O Professor Igor compreendeu e comentou sobre a importância de ter representantes da Secretaria de Educação que participem da análise junto com a Comissão de Evolução Funcional e Gestão de Carreira, apontando e discutindo cada um dos pontos que geram desconfortos e insatisfações. Reforcei que nós da comissão (Representantes da Educação), junto aos demais membros das outras secretarias, também somos concursados e estamos acompanhando todo o processo, e que enquanto servidora não estaríamos de acordo com “um processo” que também nos prejudicaria. Informamos que já encaminhamos alguns apontamentos e solicitações à Comissão de Gestão de Carreira para a revisão da média das notas, visando ser o mais justo e coerente possível diante do desempenho de cada servidor. Para o próximo ciclo, pois encerramos o primeiro ciclo em 2023 os membros do Conselho, ficaram satisfeitos e compreenderam todas as explicações fornecidas, reconhecendo que estas atendem à legislação vigente. Encerramos os questionamentos sobre Avaliação de Desempenho e Evolução Funcional, e Simone saiu da sala e a Supervisora Patrícia permaneceu com Marina, membros da Comissão “Escola de Excelência Educação Infantil”, **item 4** da pauta para esclarecimentos. A Professora Marina Dantas apresentou o quadro das 27 escolas de Educação Infantil, detalhando a distribuição dos pontos e classificação entre as escolas. O professor Erivelton levantou a questão sobre a insatisfação da rede, sobre o fato de apenas uma escola ser premiada. A Professora Eliana apresentou a Lei e esclareceu que, de acordo com a legislação, seriam premiadas as escolas de acordo com os recursos orçamentários disponíveis, só poderia premiar mais escolas, desde que não houvesse prejuízos para a prefeitura. Ela mencionou que a legislação não especifica a quantidade de escolas a serem premiadas. Durante os apontamentos, a Professora Patrícia sinalizou ao grupo que o Professor Erivelton fez parte da elaboração desta Lei, fez parte da comissão que solicitou uma premiação às escolas de Educação Infantil, assim como Educação Fundamental tem premiação com IDEB. Também comentou que a lei estava bastante confusa e repetitiva, e que em todas as escolas visitadas, passamos em todas as salas, conversando com os servidores, tirando dúvidas e esclarecendo sobre a lei que estava difícil a compreensão. Professor Erivelton alegou não se lembrar desta parte e afirmou não ter participado da reunião em questão. A Supervisora Patrícia novamente reforçou que o mesmo fazia parte desta comissão, conforme solicitação juntamente com outros professores de Educação Infantil. Alguns membros têm preferência pela distribuição da verba ao invés de premiações/ valorização. Reforcei que a proposta de premiação foi feita pelos próprios professores e que a Secretaria de Educação apenas atendeu a essas exigências. Questionaram sobre a participação das creches OSC, e respondemos que foi feita proposta para equipe responsável, e se tivessem interesse em participar, os responsáveis realizariam o pagamento desta premiação. Esclareceu-se que no ano anterior a inscrição das escolas para participar do projeto foi obrigatória, mas algumas desistiram durante o processo. Este ano, a participação foi facultativa, onde cada escola realizou sua própria inscrição, se tivesse interesse. Todas as dúvidas foram esclarecidas de acordo com a lei e o projeto elaborado pelos professores e servidores da educação infantil. Com todos os questionamentos respondidos, as convidadas se retiraram da sala. Em seguida, passou-se para o **item 5** da pauta, que foi sobre a Alimentação, e segundo o conselheiro que pontuou, disse já ter sido resolvido. Com relação



Conselho de Educação do Município de Itapevi – CEMI

Lei nº 914, de 11/10/1989 reorganizada pela Lei Municipal nº 1.365, de 05/09/1997

ao **item 6** da pauta explicou-se sobre a formação do agente de inclusão que possui nível médio. Os demais itens da pauta serão retomados na próxima reunião. A próxima reunião não ficou agendada. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, com agradecimentos a todos pela participação. Itapevi, 26 de junho de 2024.

Remessa "**Ata CEMI - 26 - 06 -24.docx**" salva com sucesso! Protocolo gerado: 1817655
D.O